

# Os Angolanos rejeitam as restrições governamentais sobre o direito à informação

**Afrobarometer Edição No. 655 | Asafika Mpako e Carlos Pacatolo**

## Resumo

No Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (3 de Maio), o Presidente João Lourenço partilhou uma mensagem de felicitações aos profissionais da comunicação social, aplaudindo-os “pelo empenho e dedicação que têm demonstrado no desempenho da missão de informar com verdade, imparcialidade e responsabilidade” (Ver Angola, 2023a).

A mensagem do presidente foi divulgada num contexto nacional marcado por percepções generalizadas de restrições do governo à circulação de informações e censura aos jornalistas. Embora a liberdade de imprensa esteja consagrada na Constituição da República de Angola, aqueles que se atrevem a denunciar o abuso de poder e a má governação são, frequentemente, processados e condenados a penas pesadas (Repórteres Sem Fronteiras, 2023).

No ano passado, o relatório sobre a “Liberdade no Mundo” da Freedom House (2022) apresentou Angola como um dos países da região da África Austral que hostiliza a imprensa (Mavhunga, 2022), tendo mesmo classificado o país apenas como “parcialmente livre” em termos de liberdade na Internet. Em 2023, Angola caiu 26 posições no Índice Mundial de Liberdade de Imprensa, ficando na posição 125º de 180 países (Repórteres Sem Fronteiras, 2023; Ver Angola, 2023b).

De acordo com a mais recente pesquisa do Afrobarometer, os Angolanos concordam amplamente que a imprensa deve agir como um fiscalizador do governo, investigando os seus erros e os casos de corrupção para os reportar. Os cidadãos valorizam a liberdade de imprensa e rejeitam a noção de que a informação pública deva ser propriedade exclusiva dos funcionários do governo. No entanto, as opiniões divergem sobre se a liberdade de imprensa existe na prática.

A televisão e a rádio continuam a ser as principais fontes de notícia da maioria dos Angolanos, comparativamente as redes sociais e a Internet, embora a diferença não seja tão expressiva, sobretudo entre os cidadãos jovens e mais educados.

## Inquérito do Afrobarometer

Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária, que fornece dados confiáveis sobre experiências africanas e avaliações de democracia, governança e qualidade de vida. Oito rondas de pesquisas foram concluídas em 39 países desde 1999. As pesquisas da Ronda 9 estão em fase de conclusão em 2023. O Afrobarometer realiza entrevistas face-a-face na língua da escolha do entrevistado, com uma amostra nacional representativa.

A equipa do Afrobarometer em Angola, liderada pela Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública, entrevistou 1.200 Angolanos adultos entre 9 de Fevereiro e 8 de Março de 2022. Uma amostra deste tamanho produz resultados nacionais com uma margem de erro de +/- 3 pontos percentuais e um nível de confiança de 95%. A pesquisa anterior em Angola foi realizada em 2019.

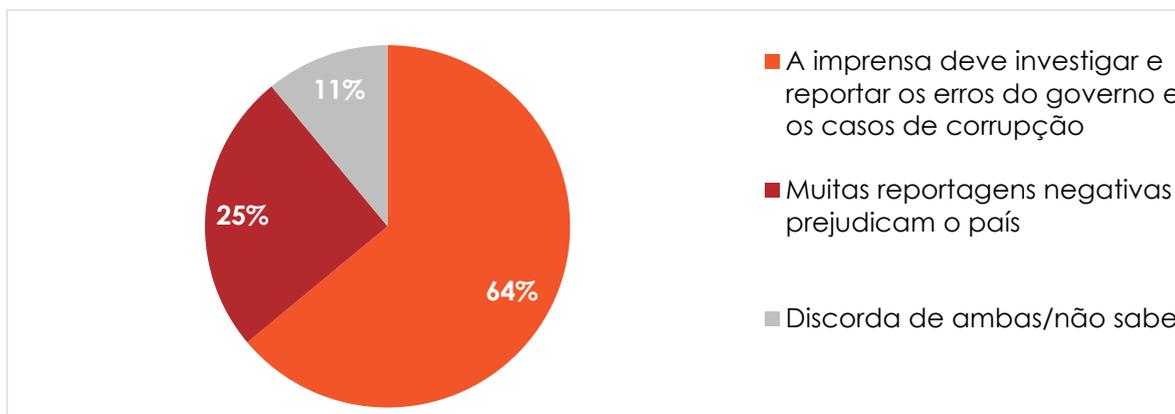
## Principais conclusões

- Quase dois terços (64%) dos Angolanos dizem que os meios de comunicação social devem “investigar e noticiar, com frequência, os erros do governo e os casos de corrupção.”
- Uma maioria, igualmente, clara (60%) insistem na liberdade de imprensa, enquanto 27% defendem o direito do governo de impedir a publicação de coisas que não aprova.
- Quase metade (48%) dos Angolanos dizem que os meios de comunicação social do país são “um pouco livres” ou “totalmente livres” para reportar e comentar as notícias sem interferência do governo, mas 43% discordam dessa avaliação.
- Mais da metade (55%) acham que o público deve ter acesso a informações do governo, enquanto 31% dizem que essas informações devem ser usadas apenas por funcionários do governo e não devem ser compartilhadas com o público.
- Maiorias mais fortes acreditam que licitações e contratos do governo com empresas (73%), os orçamentos dos órgãos da administração local (73%) e os salários dos professores e dos funcionários dos órgãos da administração local (61%) devem ser de conhecimento público.
- A televisão e a rádio continuam a ser as fontes de notícias mais populares em Angola. Mas as redes sociais e a Internet seguem logo atrás, especialmente entre os Angolanos jovens e educados.

## O papel da imprensa

A maioria dos Angolanos acreditam que a imprensa deve responsabilizar o governo. Quase dois terços (64%) “concordam” ou “concordam totalmente” que a imprensa deve “investigar e reportar, com frequência, os erros do governo e os casos de corrupção” enquanto apenas 25% enfatizam que “muitas reportagens sobre eventos negativos, como erros do governo e casos de corrupção, só prejudica o país” (Figura 1).

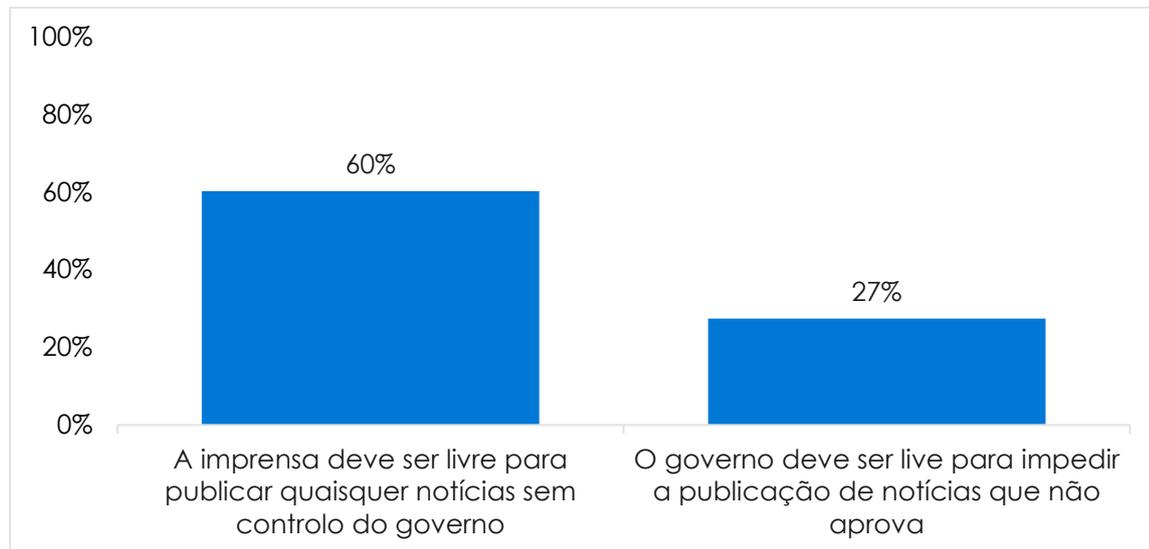
**Figura 1: Fiscalização da imprensa | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Qual das seguintes afirmações está mais próxima da sua opinião??  
 Afirmação 1: A imprensa deve investigar e reportar, constantemente, sobre os erros do governo e os casos de corrupção.  
 Afirmação 2: Muitas reportagens sobre eventos negativos, como os erros do governo e os casos de corrupção, só prejudicam o país.  
 (% que “concorda” ou “concorda fortemente” com cada uma das afirmações)

Da mesma forma, três em cada cinco cidadãos (60%) dizem que a imprensa deve ser livre para publicar quaisquer pontos de vista e ideias sem interferência do governo, enquanto apenas 27% acreditam que o governo deve ser capaz de impedir a imprensa de publicar coisas que não aprova (Figura 2).

**Figura 2: A imprensa deve ser livre? | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Qual das seguintes afirmações está mais próxima da sua opinião?  
 Afirmação 1: A imprensa deve ter o direito de publicar quaisquer pontos de vista e ideias, sem o controle do governo.  
 Afirmação 2: O governo deve ter o direito de impedir que a imprensa publique coisas que não aprova.  
 (% que “concorda” ou “concorda fortemente” com cada uma das afirmações)

A liberdade de imprensa ganha maior aprovação nas cidades do que nas áreas rurais (65% contra 52%) e entre os homens em comparação com as mulheres (65% contra 56%). O apoio aumenta à medida que os níveis de educação dos entrevistados aumentam,

Faça sua própria análise dos dados do Afrobarometer – sobre qualquer questão, para qualquer país e ronda de inquérito. É fácil e gratuito em [www.afrobarometer.org/online-data-analysis](http://www.afrobarometer.org/online-data-analysis).

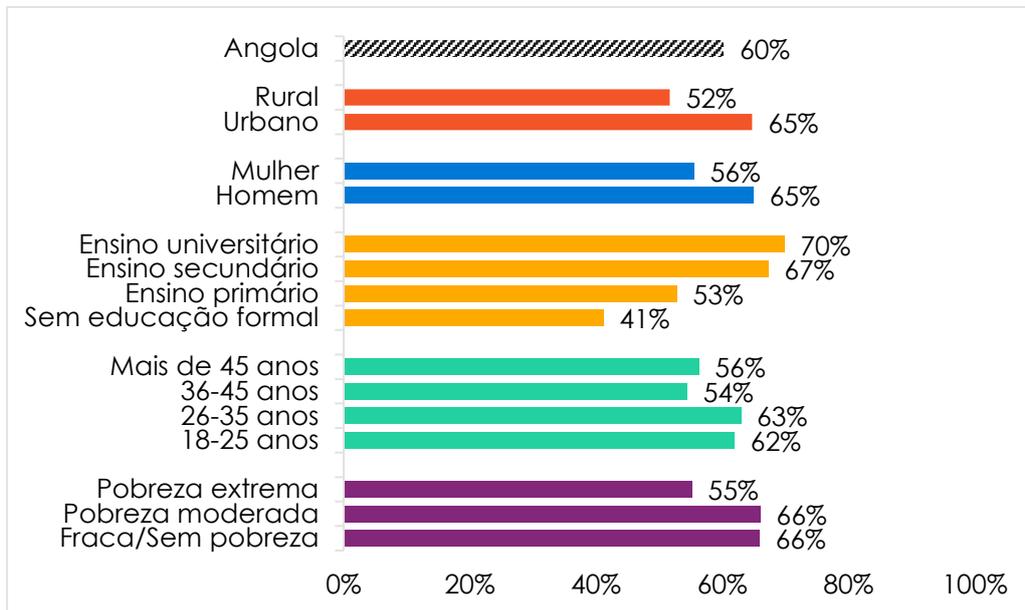
variando de 41% entre aqueles sem educação formal a 70% entre aqueles com qualificações de nível superior (Figura 3).

Cidadãos mais velhos estão um pouco menos preocupados com a liberdade de imprensa do que os seus concidadãos mais jovens (54%-56% entre aqueles com mais de 35 anos vs.

62%-63% entre aqueles entre 18 e 35 anos). Os entrevistados que vivenciam altos níveis de pobreza (55%) também estão menos preocupados com a liberdade de imprensa do que os cidadãos em melhor situação (66%)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O Índice de Pobreza Vivida (LPI) do Afrobarometer mede os níveis de privação material dos entrevistados, perguntando com que frequência eles ou suas famílias ficaram sem necessidades básicas (comida suficiente, água suficiente, assistência médica, combustível suficiente para cozinhar e renda em dinheiro) durante o ano anterior. Para saber mais sobre a pobreza vivida, consulte Mattes & Patel (2022).

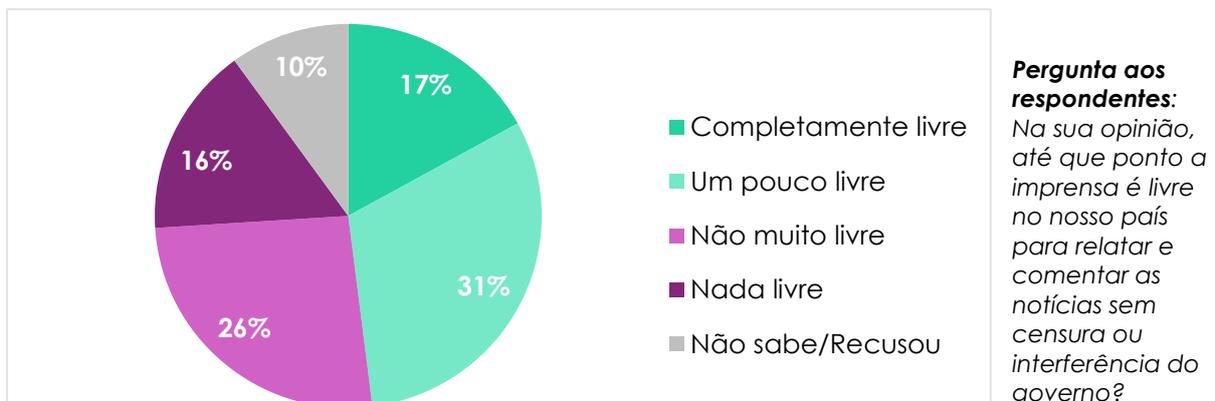
**Figura 3: Defesa da liberdade de imprensa** | por grupos demográficos | Angola | 2022



**Pergunta aos respondentes:** Qual das seguintes afirmações está mais próxima da sua opinião?  
 Afirmação 1: A imprensa deve ter o direito de publicar quaisquer pontos de vista e ideias, sem o controle do governo.  
 Afirmação 2: O governo deve ter o direito de impedir que a imprensa publique coisas que não aprova.  
 (% que “concorda” ou “concorda fortemente” com Afirmação 1)

As opiniões dos Angolanos sobre a realidade da liberdade de imprensa no país são bastante confusas. Quase metade (48%) dos cidadãos dizem que a imprensa do país goza de algum nível de liberdade: 17% dizem que a imprensa é “um pouco livre” e 31% dizem que é “totalmente livre” para reportar e comentar as notícias. Mas quase o mesmo número (43%)<sup>2</sup> consideram a imprensa “não muito livre” ou “nada livre” (Figura 4).

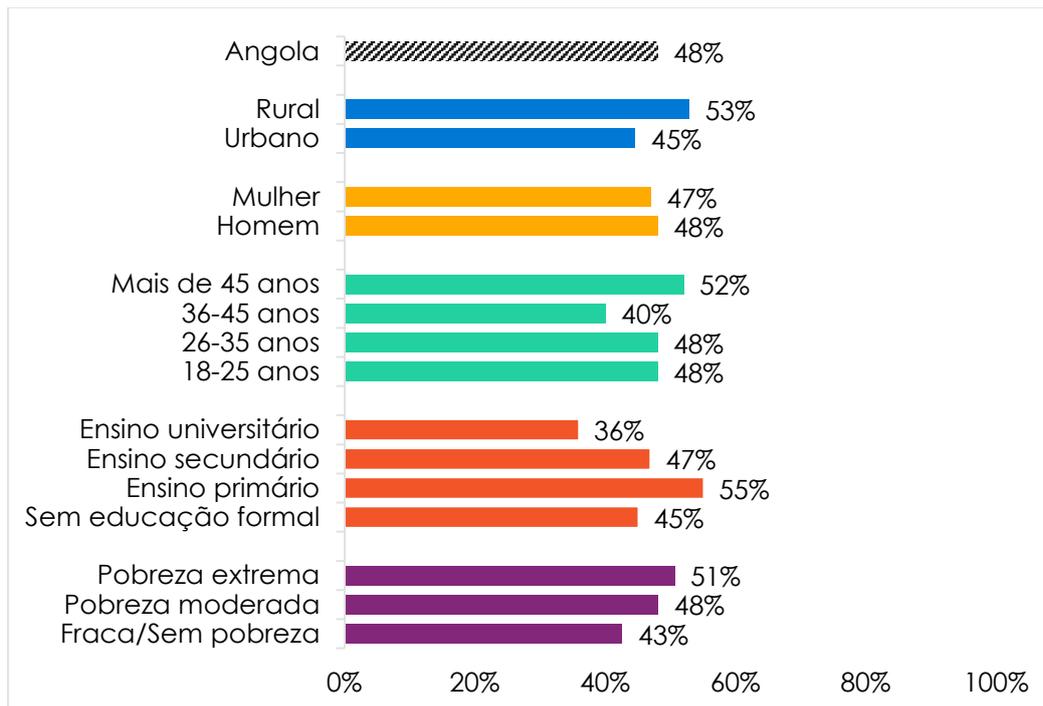
**Figura 4: Quão livre é a imprensa?** | Angola | 2022



<sup>2</sup> Devido ao arredondamento, as percentagens das categorias combinadas reportadas no texto podem diferir ligeiramente da soma das subcategorias mostradas nas figuras (por exemplo, 26% “não muito livres” e 16% “nada livres” somam 43%)

A opinião de que a imprensa é “um pouco” ou “totalmente” livre é mais comum entre os residentes rurais (53%) do que os urbanos (45%), entre os idosos (52%) do que os mais jovens (40%-48%) e entre aqueles com ensino primário (55%) em comparação com seus concidadãos de outras faixas de escolaridade (Figura 5). Cidadãos vivendo em situação de pobreza extrema (51%) também são mais propensos a dizer que a imprensa noticiosa, no país, é livre em comparação com aqueles que estão economicamente em melhor situação (43%-48%).

**Figura 5: A imprensa é um pouco livre/completamente livre | por grupos demográficos | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Na sua opinião, até que ponto a imprensa é livre no nosso país para relatar e comentar as notícias sem censura ou interferência do governo? (% que disse “Um pouco livre” ou “completamente livre”)

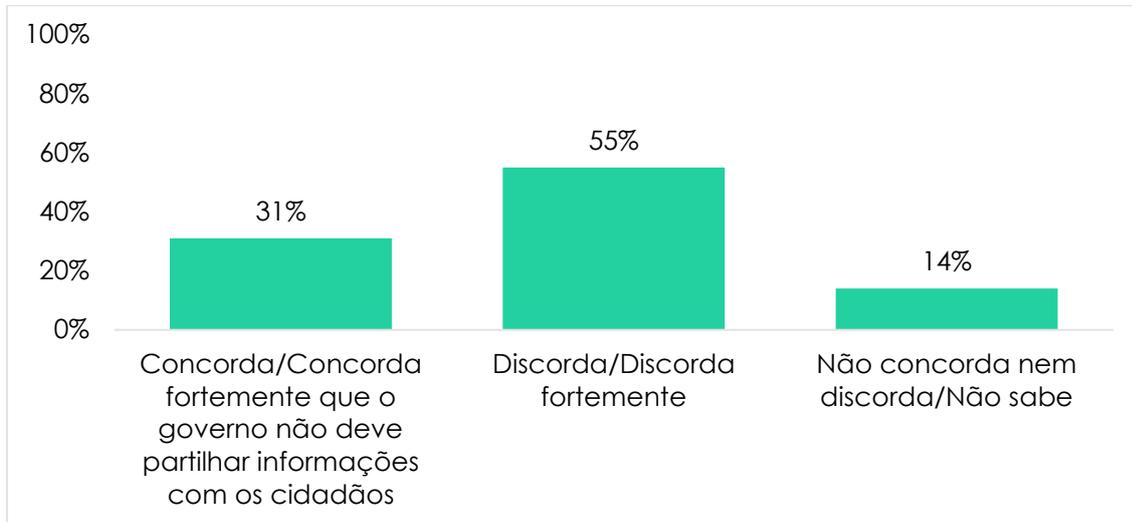
## Regulamentação do acesso à informação pelo governo

O que pensam os Angolanos sobre as restrições ao acesso à informação? Eles acreditam que seu governo deveria ser obrigado a partilhar informações com o público?

Mais de metade (55%) dos Angolanos são a favor do direito dos cidadãos à informação do governo, discordando da afirmação de que a informação detida pelas autoridades públicas é para uso exclusivo dos funcionários do governo (Figura 6). Cerca de três em cada 10 (31%) apoiam a limitação dessas informações ao uso do governo.

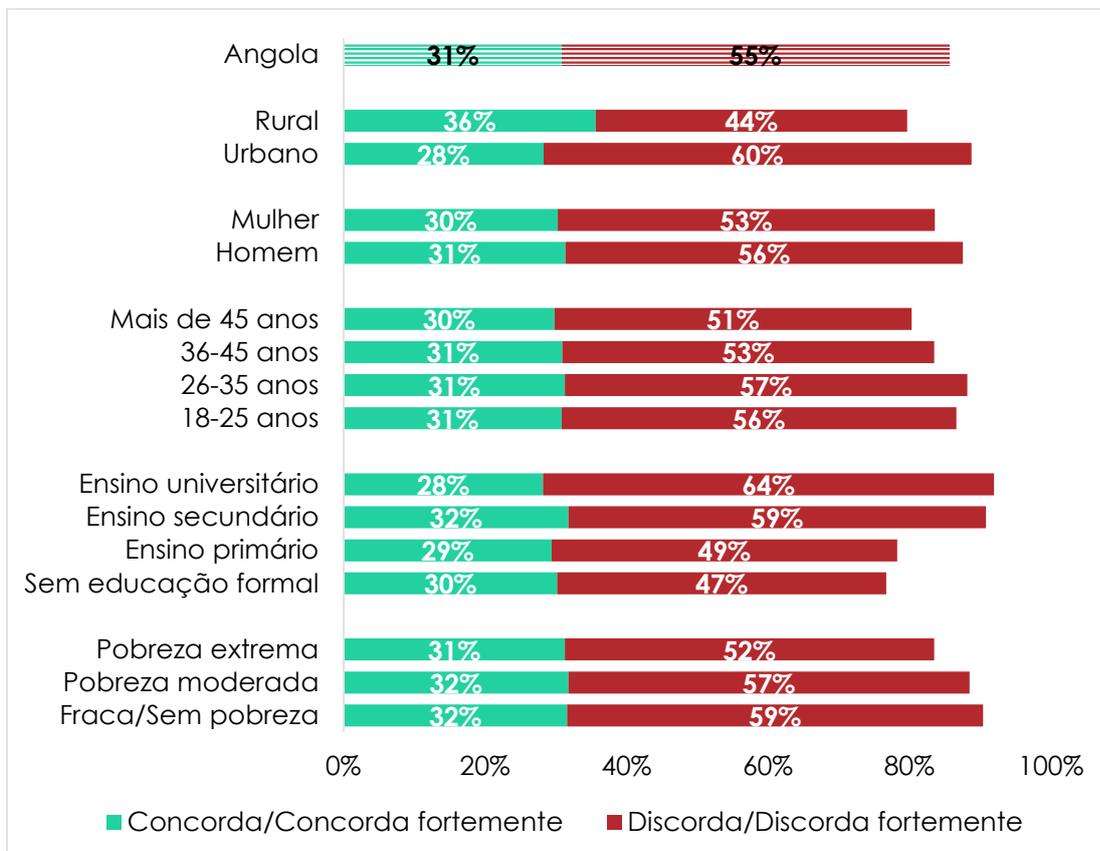
O apoio à divulgação pública de informações é mais forte entre os entrevistados instruídos, variando de 47% daqueles sem escolaridade formal a 64% daqueles com qualificações universitárias (Figura 7). Ele também ganha mais defensores entre os residentes urbanos (60%), entrevistados mais jovens (56%-57%) e os economicamente mais abastados (57%-59%).

**Figura 6: Deve o governo partilhar informações com os cidadãos? | Angola**  
 | 2022



**Pergunta aos respondentes:** Você concorda ou discorda com a seguinte afirmação: uma informação possuída por autoridades públicas deve ser usada apenas por funcionários do governo; não deve ser partilhada com o público.

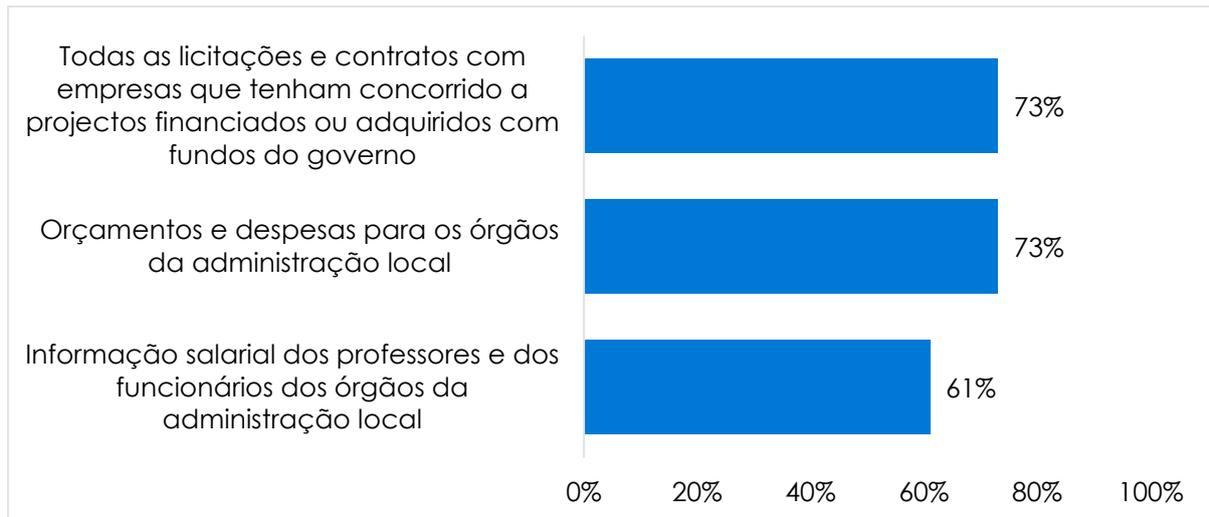
**Figura 7: Deve o governo partilhar informações com os cidadãos?**  
 | por grupos demográficos | Angola | 2022



**Pergunta aos respondentes:** Você concorda ou discorda com a seguinte afirmação: uma informação possuída por autoridades públicas deve ser usada apenas por funcionários do governo; Não deve ser partilhada com o público.

Embora, no geral, apenas uma pequena maioria (55%) dos cidadãos apoiam o acesso público as informações do governo, uma grande maioria defendem a afirmação de que tipos específicos de informações devem ser disponibilizados ao público, incluindo informações sobre licitações e contratos para projectos financiados pelo governo ou compras públicas (73%), orçamentos e despesas para os órgãos da administração local (73%) e os salários dos professores e dos funcionários dos órgãos da administração local (61%) (Figura 8).

**Figura 8: O governo deve divulgar certo tipo de informações | Angola | 2022**



**Perguntas aos respondentes:** Para cada um dos seguintes itens, diga-me, por favor, se os cidadãos comuns e a imprensa devem ter o direito de obter tal informação, a partir do governo, ou se ao governo deve ser permitido guardar informação do acesso ao público. (% que disse que estas informações devem ser disponibilizadas ao público)

### Fontes de notícias dos Angolanos

Os Angolanos são leais às suas televisões e rádios, que ainda são os meios de comunicação de massa mais utilizados para obter notícias. Cerca de seis em cada 10 cidadãos afirmam receber notícias através da televisão (62%) e rádio (60%) "todos os dias" ou "algumas vezes por semana" (Figura 9).

Mas parcelas substanciais da população também recorrem regularmente às redes sociais (40%) e à Internet (39%) para obter notícias – uma conclusão que está de acordo com os dados do DataReportal (2022) que mostram que o número de usuários da Internet em Angola aumentou para 389.000 (3,2 %) em 2022.

Apenas 13% dos cidadãos confiam nos jornais como fontes regulares de notícias, enquanto 65% dizem que nunca lêem jornais.

Uma divisão por grupo demográfico mostra que a televisão e o rádio são fontes populares de notícias em todas as faixas etárias. Mas os entrevistados mais velhos têm muito menos probabilidade de obter suas notícias nas redes sociais e na Internet (Figura 10).

Enquanto a televisão impera nos níveis de ensino universitário e secundário, os cidadãos com escolaridade primária ou inferior obtêm mais frequentemente as suas notícias através da rádio (Figura 11). O uso das redes sociais e da Internet aumenta consideravelmente com os níveis de educação dos entrevistados, variando de 3% a 4% entre os entrevistados sem educação formal a 85% a 86% entre aqueles com qualificações universitárias.

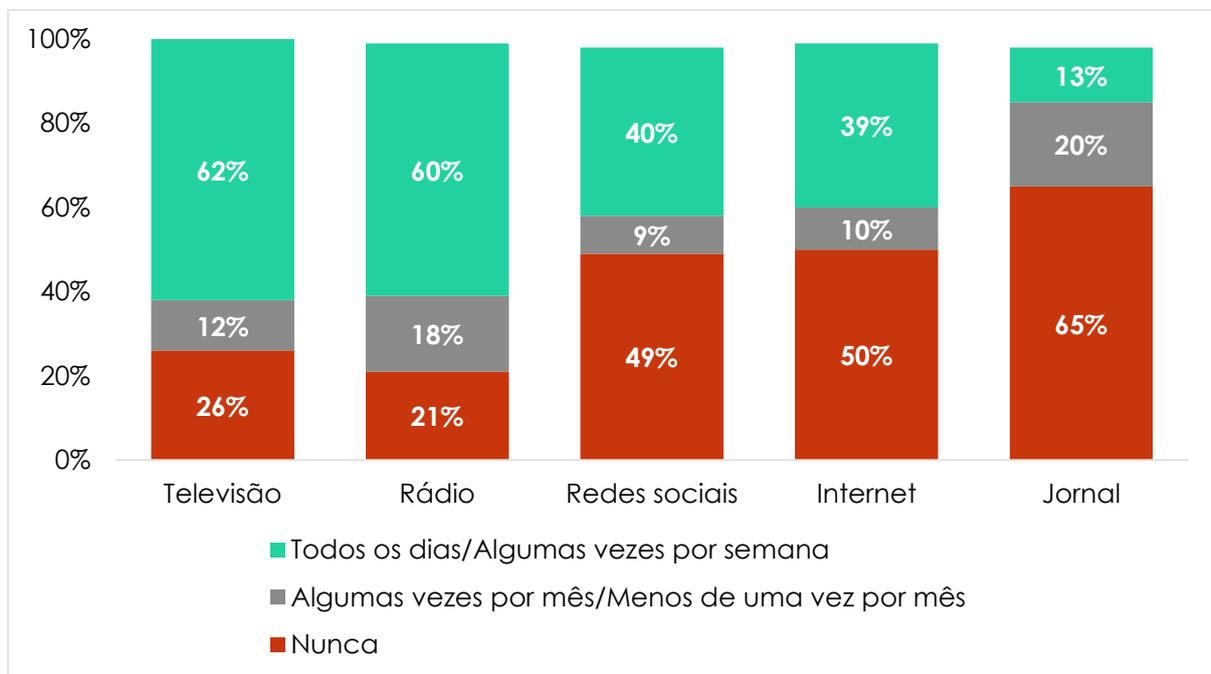
Revelando um padrão semelhante, oito em cada 10 residentes urbanos (82%) obtêm regularmente as suas notícias na televisão, 63% no rádio, 55% nas redes sociais e 54% na

Internet. Os números para residentes rurais são consideravelmente mais baixos: o rádio é a única fonte de notícias usada regularmente por mais da metade (52%) dos residentes rurais (Figura 12).

Os homens são um pouco mais propensos do que as mulheres a consumir notícias via rádio (66% contra 54%), televisão (64% contra 60%) e jornal (15% contra 11%), enquanto proporções aproximadamente iguais de homens e mulheres recebem suas notícias via redes sociais e Internet (Figura 13).

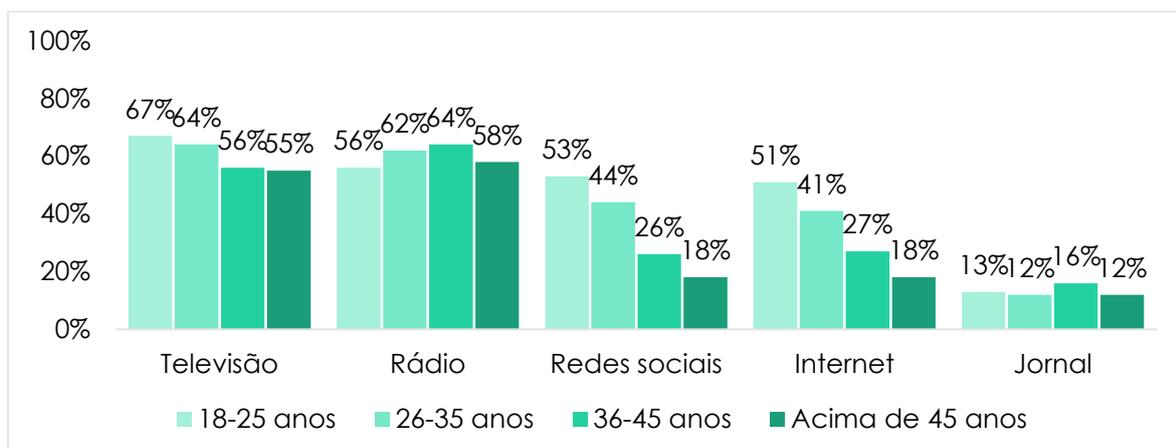
Finalmente, como seria de esperar, os cidadãos economicamente mais favorecidos são muito mais propensos do que os pobres a consumir notícias regularmente via televisão, redes sociais, Internet e jornais. O rádio é o único canal importante onde o status econômico parece fazer pouca diferença em quem sintoniza as notícias (Figura 14)

**Figura 9: Fonte de notícias | Angola | 2022**



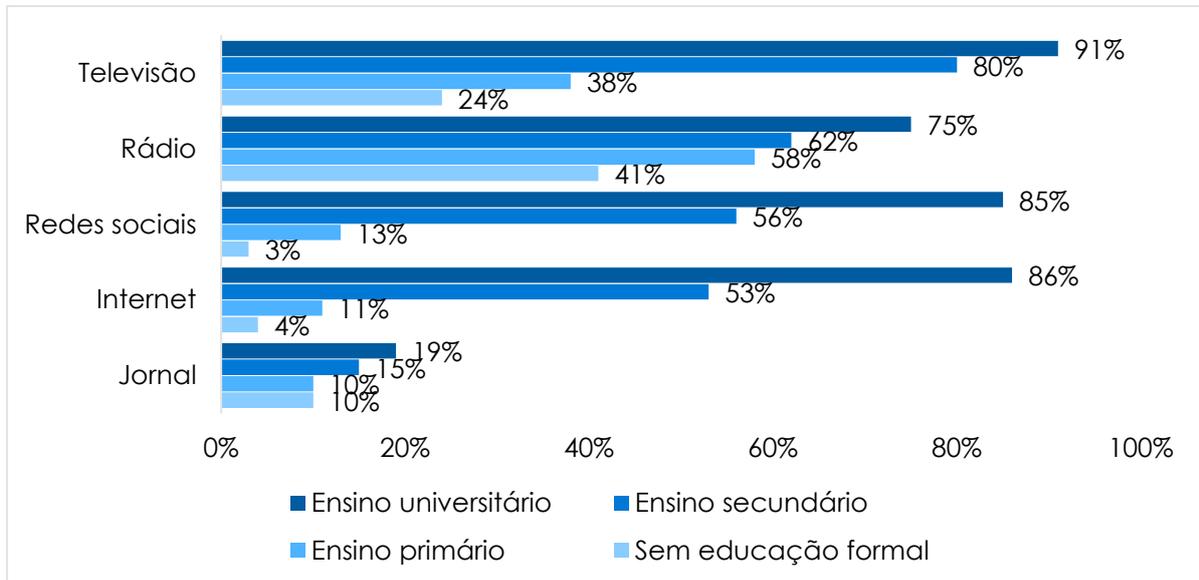
**Perguntas aos respondentes:** Com que frequência você obtém notícias das seguintes fontes?

**Figura 10: Fonte regular de notícias | por grupos de idade | Angola | 2022**



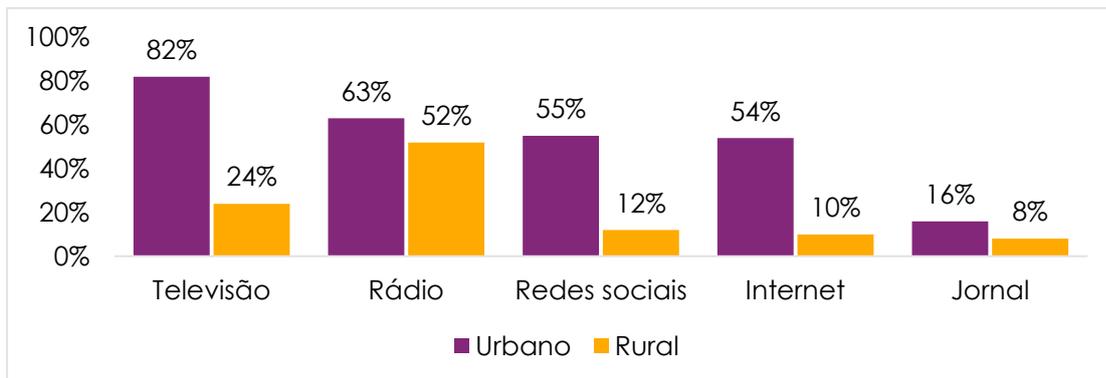
**Perguntas aos respondentes:** Com que frequência você obtém notícias das seguintes fontes (% que disse "todos os dias" ou "algumas vezes por semana")

**Figura 11: Fonte regular de notícias | pelo nível de educação | Angola | 2022**



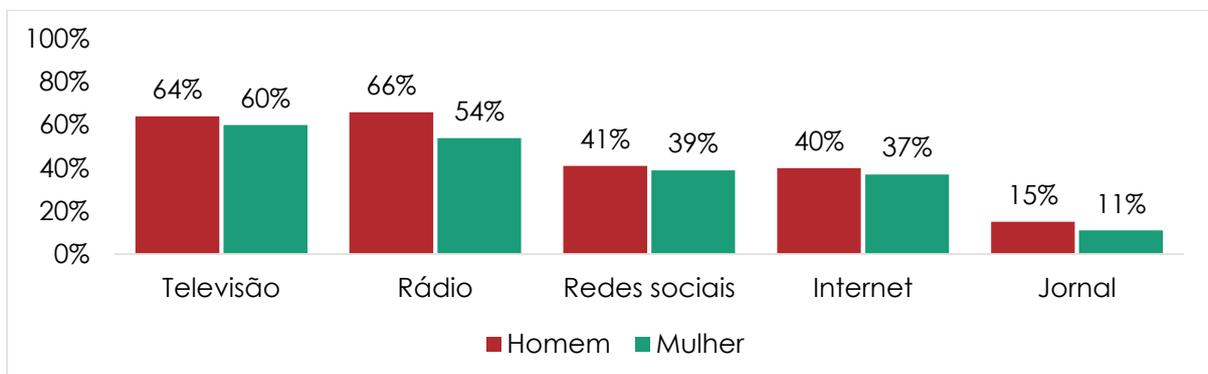
**Perguntas aos respondentes:** Com que frequência você obtém notícias das seguintes fontes (% que disse "todos os dias" ou "algumas vezes por semana")

**Figura 12: Fonte regular de notícias | por local de residência | Angola | 2022**



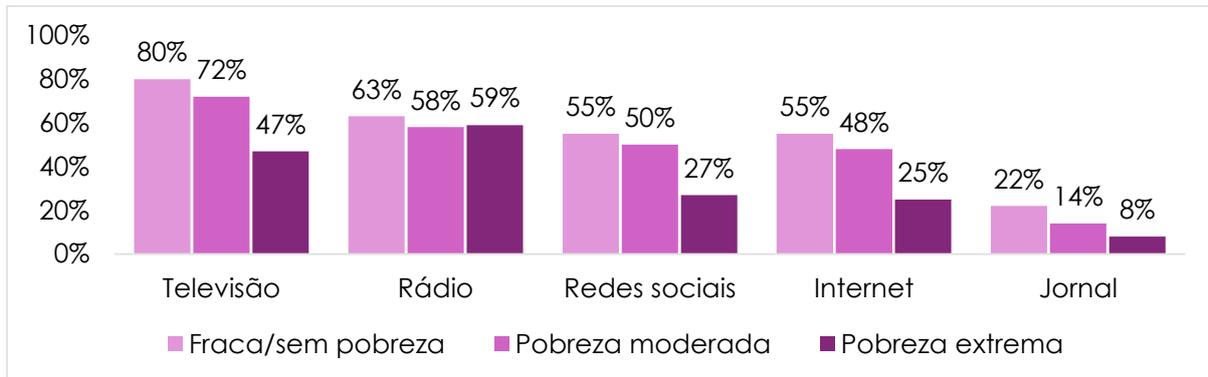
**Perguntas aos respondentes:** Com que frequência você obtém notícias das seguintes fontes (% que disse "todos os dias" ou "algumas vezes por semana")

**Figura 13: Fonte regular de notícias | por gênero | Angola | 2022**



**Perguntas aos respondentes:** Com que frequência você obtém notícias das seguintes fontes (% que disse "todos os dias" ou "algumas vezes por semana")

**Figura 14: Fonte regular de notícias** | pelo nível de pobreza | Angola | 2022



**Perguntas aos respondentes:** Com que frequência você obtém notícias das seguintes fontes? (% que disse “todos os dias” ou “algumas vezes por semana”)

### Conclusão

Os Angolanos valorizam claramente o papel da imprensa como fiscalizador da acção governamental e como garante da livre circulação do fluxo de informação pública. A maioria exigem liberdade de imprensa e de acesso público a informações, como licitações e contratos do governo, orçamentos e despesas dos órgãos da administração local e dos salários dos professores e dos funcionários desses órgãos. Esta é uma boa notícia para a democracia, pois os cidadãos demonstram desejo de responsabilização do governo por meio da fiscalização da imprensa e do direito à liberdade de expressão. No entanto, menos de metade dos Angolanos pensam que a liberdade de imprensa é uma realidade no país hoje.

## Referências

- Freedom House. (2022). Freedom in the world 2022: Angola.
- DataReportal. (2022). Digital 2022: Angola. 15 de Fevereiro.
- Mattes, R., & Patel, J. (2022). Lived poverty resurgent. Documento de Política Afrobarometer No. 84.
- Mavhunga, C. (2022). World press freedom: Angola, Eswatini, Zimbabwe ranked among the worst. VOA. 20 de Março.
- Repórteres Sem Fronteiras. (2023). 2023 world press freedom index.
- Ver Angola. (2023a). João Lourenço says that ensuring freedom of the press “is a path of no return.” 3 de Maio.
- Ver Angola. (2023b). Majority of Portuguese-speaking countries improved on the press freedom index. 3 de Maio.

**Asafika Mpako** é coordenadora de comunicação do Afrobarometer para África Austral. Email: [ampako@afrobarometer.org](mailto:ampako@afrobarometer.org).

**Carlos Pacatolo** é politólogo, investigador principal da Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública, parceira angolana do Afrobarometer, e do CESP-ISP Jean Piaget de Benguela. Email: [pacatolo@yahoo.com.br](mailto:pacatolo@yahoo.com.br).

A Afrobarometer, uma corporação sem fins lucrativos com sede no Gana, dirige uma rede de pesquisa pan-africana e não-partidária. Coordenação regional de parceiros nacionais em cerca de 35 países é fornecida por Center for Democratic Development (CDD) no Gana, Institute for Justice and Reconciliation (IJR) na África do Sul, e Institute for Development Studies (IDS) da University of Nairobi, no Quênia. A Michigan State University (MSU) e a University of Cape Town (UCT) prestam apoio técnico à rede.

O apoio financeiro para o Afrobarometer é fornecido pela Suécia (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional; da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); do Instituto da Paz dos Estados Unidos; das fundações Mo Ibrahim, Open Society - Africa, Bill & Melinda Gates, William and Flora Hewlett, e Mastercard; da União Europeia; do National Endowment for Democracy; da Agência Japonesa para Cooperação Internacional; da Universidade de California San Diego; do Global Center for Pluralism; do Banco Mundial; da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Uganda; e do GIZ.

As doações ajudam o projeto Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Por favor, considere fazer uma contribuição (em [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org)) ou contactar Felix Biga ([felixbiga@afrobarometer.org](mailto:felixbiga@afrobarometer.org)) ou Runyararo Munetsi ([runyararo@afrobarometer.org](mailto:runyararo@afrobarometer.org)) para discutir o financiamento institucional.

Para mais informações, visite [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org).



**Afrobarometer Edição No. 655 | 20 de Junho de 2023**